



Recurso n.º 3/2013

Parecer do Conselho Jurisdicional:

1 - Relatório

O processo disciplinar que originou o recurso acima referenciado iniciou-se com a participação dos moradores no Bairro de Moradias do Restelo, situado na Rua Tristão da Cunha, 30, em Lisboa (entre os quais uma engenheira civil), contra o Eng.º Pedro Miguel de Oliveira Margaça, inscrito na Região Sul, com a cédula profissional nº 40790. Os participantes argumentaram que o engenheiro participado, na sua qualidade de diretor técnico da obra de edificação localizada na Rua Tristão da Cunha, 33, freguesia de Santa Maria de Belém, em Lisboa, incumpriu os seus deveres profissionais e violou o Estatuto da Ordem dos Engenheiros, o código deontológico e a legislação aplicável, uma vez que a referida edificação viola o Regulamento do Plano Diretor Municipal de Lisboa e o Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação de Lisboa, tendo sido executada em desconformidade com o projeto licenciado e objeto de indeferimento, pela Câmara Municipal, do projeto de alterações.

2 - Apreciando

As irregularidades assinaladas pelos participantes constam efetivamente de uma informação da Câmara Municipal de Lisboa, que se encontra a fls. 9 e seguintes dos presentes autos, a qual, porém, não comunicou o caso à Ordem dos Engenheiros.

Instado a pronunciar-se, o participado veio dizer que apenas existiram duas alterações em relação ao projeto original, aprovado pela autarquia, que foram o posicionamento da piscina e da escada exterior, alterações essas que foram vertidas em projeto de alterações e entregues na Câmara Municipal de Lisboa. Afirma ter agido sempre com boa-fé e dentro da legalidade e que, enquanto diretor técnico, apenas pugnou pelo cumprimento do projeto aprovado.

Em face das declarações do participado e dos documentos existentes no processo, o Conselho Disciplinar da Região Sul (CDISS) deliberou, em 12/07/2012, o arquivamento do processo disciplinar, por considerar não existirem indícios de violação, por parte do engenheiro participado, de quaisquer norma deontológicas, na medida em que não se mostra provado que o engenheiro participado tenha mandado executar trabalhos em desobediência a quaisquer autoridades nem que tivesse prestado falsas declarações.

No recurso que interpuseram, da decisão tomada pelo CDISS, datado de 10/08/2012, os participantes contestam o arquivamento do processo, reforçando os argumentos já apresentados na participação e concluindo no sentido de que a obra executada não corresponde ao projeto licenciado, que o projeto de alterações apresentado após a execução da obra foi indeferido pela Câmara Municipal de Lisboa, que já depois de submetido o projeto de alterações foi realizada uma betonagem ilegal que teve de ser removida compulsoriamente, e que a cércea e o beirado subiram mais de 80 cm em relação ao alinhamento pela moradia vizinha, o que corresponde a mais 45 cm do que o autorizado e viola o RPDML. Tudo isto, entendem os recorrentes, são irregularidades da responsabilidade do engenheiro participado.

Nas contra-alegações que apresenta, o participado reafirma o que disse nas declarações que prestou, concluindo no sentido de que nunca falseou ou omitiu qualquer facto relativo à obra, sempre acatou as indicações/instruções das autoridades, nunca proibiu a entrada das entidades fiscalizadoras na obra, que a obra foi realizada de acordo com o projeto licenciado e com o projeto de alterações, posteriormente entregue na Câmara Municipal de Lisboa (em 24/05/2010). Afirmar ainda que a execução de uma zona de laje no piso -1 foi feita antes da entrada do projeto de alterações na Câmara e devidamente fundamentada junto dos responsáveis técnicos e que nunca teve intenção de desrespeitar ou desprestigiar a engenharia ou a profissão de engenheiro.

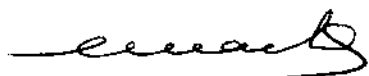
Sendo certo que a obra apresenta irregularidades que foram confirmadas pela Câmara Municipal de Lisboa, a questão a apreciar nesta sede é a da eventual responsabilidade do engenheiro visado nessas irregularidades tendo em conta o cumprimento dos seus

deveres deontológicos. Não tendo sido subscrito termo de responsabilidade, por parte do engenheiro participado, atestando que a obra se encontrava executada de acordo com o projeto aprovado, para efeitos de obtenção da licença de utilização, e tendo o engenheiro participado cumprido no essencial com o projeto aprovado e apresentado abertamente à Câmara Municipal as alterações feitas em obra, não se vislumbra efetivamente a existência de violação culposa de uma norma deontológica concreta. A circunstância do projeto de alterações ter sido indeferido não pode constituir prova de que a conduta do engenheiro participado foi eticamente censurável, visto tratar-se de uma das hipóteses possíveis de decisão da Câmara Municipal, no exercício normal da sua competência de apreciação deste projeto. Por outro lado, a alegação genérica de que o resultado de uma determinada conduta contribui para o desprestígio da engenharia e da profissão de engenheiro não constitui uma imputação concreta do carácter desvalioso dessa conduta em termos de violação de deveres deontológicos por parte de um engenheiro em concreto. No âmbito de um processo disciplinar, o que tem de ser apreciado e constatado é o desvalor da conduta e não o desvalor do resultado dessa conduta.

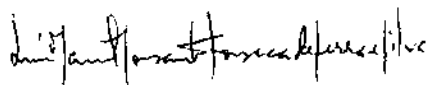
3 - Parecer do Conselho Jurisdicional

O Conselho Jurisdicional entende que deverá ser negado provimento ao recurso dos participantes, confirmando-se a decisão de arquivamento do presente processo disciplinar.

Lisboa, 6 de junho de 2013.



Joaquim Manuel Veloso Poças Martins
(Relator e Membro do Conselho Jurisdicional)



Luís Serra e Silva
(Membro do Conselho Jurisdicional)